



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva – SEXEC

Ata da 10ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT

1 APRESENTAÇÃO

Este documento reúne as questões discutidas e as decisões tomadas no âmbito da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do FNDCT, realizada em 07 de outubro de 2014, com início às 14h30 e término às 18h00, na Sala dos Conselhos, 2º andar, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e que tratou da seguinte pauta: 1) ABERTURA - Presidente do Conselho Diretor, Sr. Clélio Campolina Diniz, Ministro de Estado da C,T&I; 1.1. Ata da 9ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT; 1.2. Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento – PNPC; 2) PLANO DE INVESTIMENTO FNDCT 2014; 2.1. Plano de Investimento 2014 – Secretário Executivo do MCTI, Sr. Álvaro Prata; 2.2. Balanço das ações do FNDCT em 2013 e 2014; 2.2.1. Apresentação da FINEP – Presidente da FINEP, Sr. Glauco Arbix; 2.2.2. Apresentação CNPq – Presidente do CNPq, Sr. Glaucius Oliva; 3) CENÁRIO ORÇAMENTÁRIO 2015 - Secretário Executivo do MCTI, Sr. Álvaro Prata; 3.1. PLOA FNDCT 2015; 4) ACORDÃO 3.440/2013 – TCU; 4.1. Apresentação do Acórdão e situação atual; 4.2. Relatório de Resultados FNDCT 2013; 5) OUTROS ASSUNTOS: 5.1. Aprovação da Resolução que estabelece limite para despesas operacionais do FNDCT 2014; 5.2. Proposta de Resolução que propõe rito específico para análise de prestação de contas de convênios firmados até 31/12/2007; 5.3. Calendário de Reuniões de 2014: Calendário de Reuniões do Conselho Diretor; Calendário de Reuniões dos Comitês Gestores.

PARTICIPANTES

Membros

Clélio Campolina Diniz – Presidente/MCTI
Álvaro Toubes Prata – MCTI
Glauco Arbix - FINEP
Glaucius Oliva - CNPq
Francisco Canindé Pegado do Nascimento – Trabalhadores da Área de C&T
Gen Div Aderico Visconte Pardi Mattioli – MD
Marcos de Oliveira Ferreira – MPOG
Gianna Cardoso Sagazio – Setor Empresarial - Suplente
Helena Bonciani Nader – Comunidade Científica

Jacob Palis – Comunidade Científica
Jailson Bittencourt de Andrade – Comunidade Científica- Suplente
Helena Tenório Veiga de Almeida – BNDES
Jorge Almeida Guimarães – Capes
Matheus Cavallari – MF - Suplente
Mauricio Antonio Lopes - Embrapa
Nelson Akio Fujimoto - MDIC
Rodrigo Teixeira – Setor Empresarial - Suplente

Convidados

José Raimundo Braga Coelho - AEB
Carlos Afonso Nobre – SEPED
Virgílio Augusto Fernandes Almeida – SEPIN
Oswaldo Baptista Duarte Filho – SECIS
Rodrigo Fonseca – FINEP
Fernando Ribeiro – FINEP
Cláudio Guimarães – FINEP
Francisco Rondineli Júnior - CNEN
Marcos Toscano – ASCOF/MCTI
Jorge Mário Campagnolo - SETEC
Marcos Vinícius de Souza – MDIC
Cristian de Oliveira Lima – SPOA/MCTI
Cláudio Valério – CNPq
Elianne Prescott – ASCOF/MCTI
Adriano Maledo Ramos – ASCAP/MCTI
Elisabeth Saavedra Rivano – ASCOF/MCTI
Fábio Alexandre Barreto – ASCOF/MCTI
Fernando Veríssimo – ABC
Iovanna Gico Roller – MCTI
Lílian Rose Peters - ASCOF/MCTI
Marisa Conceição Costa – ASCOF/MCTI
Marlos Agostini – ASCOF/MCTI
Monique T. P. Silva – ASCOF/MCTI
Natália Aurélio Vieira – ASCOF/MCTI

2 ANDAMENTO DA REUNIÃO

O Presidente do Conselho Diretor do FNDCT e Ministro de Estado da C,T&I abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Após a leitura da pauta, submeteu à aprovação a Ata da 9ª reunião do Conselho Diretor, ocorrida em 16 de outubro de 2013. A Ata foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, o Sr. Ministro fez uma breve apresentação do Programa Nacional da Plataformas do Conhecimento – PNPC e informou que se está trabalhando na estruturação do programa com a participação de seis comitês assessores: o comitê de aeronáutica, coordenado pelo professor Evandro Mirra; o comitê de saúde, coordenado pelo Sr. Carlos Gadelha, Secretário do Ministério da Saúde; o comitê de biocombustíveis, coordenado pelo Sr. Manoel

de Souza, da Embrapa; o comitê de agricultura, coordenado pelo Sr. Seneri Paludo, do Ministério da Agricultura; o comitê de defesa cibernética, coordenado pelo Sr. Virgílio Almeida; e o comitê de óleo e gás, coordenado pelo Sr. Luiz Bevilacqua. Esclareceu que alguns temas deverão ser divididos em mais de uma plataforma, como os de saúde e agricultura e concluiu destacando que nesse momento está-se identificando a comunidade científica e empresarial relacionadas com os temas.

Dando prosseguimento a pauta, o Secretário Executivo Álvaro Prata apresentou o Plano de Investimento do FNDCT de 2014 (Quadro 1) que representa um resumo do plano de investimento aprovado na última reunião do Conselho Diretor e a LOA mais os créditos de 2014.

Quadro 1 - PLOA e LOA FNDCT - 2014

FNDCT	Aprovado pelo CD em out/2013 (base PLOA 2014)	LOA + Crédito 2014
	Em R\$ milhões	Em R\$ milhões
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	879,0	879,0
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS	209,0	209,0
INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS	50,3	50,3
INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM C&T - GARANTIA DE LIQUIDEZ	1,0	1,0
SUBVENÇÃO ECONÔMICA	269,1	269,1
Outras Ações do FNDCT (Fonte 100)	38,9	38,9
P&D EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	250,7	250,7
SIRIUS	50,0	50,0
LNNANO	10,0	10,0
NOVAS AÇÕES	767,0	992,2
CsF	767,0	992,2
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	1.752,1	1.752,1
FUNDOS VERTICIAIS	1.078,2	1.078,2
AÇÕES TRANSVERSAIS	673,9	673,9
TOTAL	3.398,0	3.623,2

Ressaltou que a principal diferença se refere ao crédito adicional de R\$ 225 milhões ao Ciências sem Fronteiras (CsF) referente ao reajuste do valor das bolsas. Por outro lado, destacou que o orçamento de R\$ 3,62 bilhões aprovado na LOA destina-se não só a novas ações, como também aos compromissos de anos anteriores que têm impacto orçamentário no exercício, atualmente estimados em R\$ 2,055 bilhões, sendo R\$ 694,2 milhões dos fundos verticais, R\$ 706,39 milhões da ação Transversal e R\$ 655,32 milhões de outras ações. Apresentou as seguintes ações autorizadas em 2014: A) verticais - 1) PROINFRA 2014; 2) Evento - CT-Transporte; 3) Startup - Brasil 2ª Edição - CT-INFO (Edital 12/2014); e B) Transversais: 1) Edital Universal 2014 (Edital 14/2014); 2) Edital INCTs 2014 (Edital 16/2014); 3) encomenda Capacitação Institucional (PCI); 4) Inova Energia (Convite); 5) Inova sustentabilidade (Edital); e 6) Encomenda 'Ampliação do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho' – Acordo de Cooperação França-Brasil em Computação de Alto Desempenho.

Em seguida, apresentou o Quadro 2 abaixo com a situação orçamentária geral do FNDCT em 2014:

Quadro 2 - PLOA e LOA FNDCT - 2014

FUNDOS	LOA 2014 (lei + crédito)		Limite de Empenho	TAXAS	AÇÕES PARA EMPENHO NO EXERCÍCIO 2014 (*)	SALDO E = B-C-D	COMPROMISSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
	A	B					
CT-AERONÁUTICO*	39,0	10,1		2,0		8,2	19,7
CT-AGRONEGÓCIO	81,3	11,5		4,1		7,4	39,1
CT-AMAZÔNIA	16,1	2,2		0,8		1,4	4,8
CT-BIOTECNOLOGIA	40,6	6,8		2,0		4,7	14,9
CT-ENERGIA	78,6	8,6		3,9		4,7	13,8
CT-ESPACIAL	3,4	0,9		0,2		0,7	2,4
CT-HIDRO	31,3	15,1		1,6		13,6	28,2
CT-INFO	35,4	8,8		1,8	10,1	-3,1	23,5
CT-INFRA	314,8	285,7		15,7		270,0	402,3
CT-INOVAR-AUTO	40,8	2,0		2,0		0,0	0,0
CT-MINERAL	8,5	1,3		0,4		0,9	4,3
CT-PETRO	142,6	37,9		7,1		30,7	32,2
CT-SAÚDE	89,5	19,8		4,5		15,4	47,5
CT-TRANSP.AQUAVIÁRIO	25,8	7,6		1,3		6,3	8,7
CT-TRANSPORTE	0,5	0,1		0,0		0,1	0,2
CT-VERDE AMARELO	130,3	29,6		6,5		23,0	52,8
SUBTOTAL Ações Verticais	1.078,2	447,9		53,9	10,1	383,9	694,2
AÇÃO TRANSV. - Fomento a P&D Áreas Básicas e Estratégicas (2014)	673,9	296,4		33,7	190,1	72,7	706,4
SUBTOTAL Fundos Setoriais	1.752,1	744,4		87,6	200,2	456,6	1.400,6
SIRIUS	50,0	50,0		1,0	49,0	0,0	0,0
LNNANO	10,0	10,0		0,2	9,8	0,0	0,0
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS	250,7	212,2		5,0	207,2	0,0	0,0
SUBTOTAL OS's	310,7	272,2		6,2	266,0	0,0	0,0
Equalização de taxa de juros em financiamento a inovação tecnológica (lei n. 10.332, de 2001)**	209,0	209,0		4,2		204,8	316,0
Investimento em empresas inovadoras	50,3	41,0		2,5		38,5	47,8
Incentivo ao investimento em ciência e tecnologia pela implementação de instrumentos de garantia de liquidez	1,0	0,0		0,0		0,0	1,0
SUBTOTAL INSTRUMENTOS	260,3	250,0		6,7	0,0	243,3	364,8
SUBTOTAL Fundos Setoriais + OS + Instrumentos	2.323,0	1.266,6		100,5	466,2	699,9	1.765,3
SUBTOTAL Subvenção	269,1	200,2		13,5	0,0	186,8	271,9
Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados Para C,T&I (CsF)	992,2	992,2		19,8	972,4	0,0	0,0
OUTRAS AÇÕES DO FNDCT (Fonte 100)	22,9	12,4		1,2		11,3	18,6
Fomento projetos de C&T SENAI/BA	16,0	0,8		0,8		0,0	0,0
SUBTOTAL Outros	1.031,1	1.005,5		21,8	972,4	11,3	18,6
TOTAL - Fundos Setoriais + OS + Instrumentos + Subvenção + Outras Ações	3.623,3	2.472,3		135,8	1.438,6	898,0	2.055,9

Em seguida, destacou que o limite de empenho autorizado para 2014 totalizou R\$ 2,47 bilhões, de maneira que o saldo disponível para aplicação, depois de deduzidas as taxas e as ações autorizadas para empenho no exercício de 2014, é inferior ao necessário para atender aos compromissos de exercícios anteriores. Observou que os fundos verticais e as ações transversais foram quem mais tiveram maior ajuste orçamentário em razão do Limite de Empenho

2.1 Balanço FINEP

O Sr. Glauco Arbix da FINEP apresentou a situação da execução orçamentária e financeira de 2013, destacando que a LOA para o FNDCT em 2013 previa um orçamento de R\$ 3,743 bilhões; contudo o limite de empenho autorizado totalizou R\$ 3,056 bilhões, os quais foram totalmente empenhados. Com relação à execução financeira, de R\$ 1,860 bilhão, ressaltou que correspondeu à 100% do limite de pagamento autorizado. Apresentou um resumo com a situação das chamadas públicas lançadas em 2013, com destaque para as ações do INOVA Empresa e da Subvenção Econômica. A título de exemplo, citou a demanda dos editais do Programa INOVA Empresa, com a participação de 2.715 empresas e 223 ICTs, correspondendo

a uma demanda de R\$ 98,6 bilhões. Já no caso da Subvenção Econômica, informou que a demanda de 715 propostas, totalizou R\$ 2,2 bilhões, tendo sido aprovados 80 projetos, no valor de R\$ 231 milhões, dos quais foram contratados 27 projetos, no montante de R\$ 104 milhões. No âmbito das chamadas voltadas para as ICTs, a demanda atingiu o número de 524 propostas, somando R\$ 3,6 bilhões, das quais foram aprovadas 305, no montante de R\$ 2,4 bilhões, e contratados 278 projetos, no total de R\$ 2,4 bilhões. Com relação a 2014, do montante de R\$ 3,623 bilhões aprovados na LOA, já foi utilizado R\$ 1.978 milhão, representado 97% do limite de empenho autorizado. Com relação à execução financeira, informou que R\$ 1.871 milhão já foi pago, representando 81% do limite de financeiro do ano. Desses recursos, 66% destinaram-se a restos a pagar e 34% a ações empenhadas no próprio exercício. Apresentou o programa 'FINEP 30 dias', ressaltando a importância nos ganhos de qualidade, eficiência e produtividade operacional na agência. Também, informou que em 2013 e 2014 a Finep realizou forte movimento de modernização de suas estruturas e atividades, com impacto no volume e qualidade dos trabalhos, com o lançamento do FINEP 30 Dias referente à pesquisa, a criação da Diretoria de Gestão; a informatização e reestruturação de processos; a criação da área de risco (para avaliar risco de crédito, de liquidez, ambiental); as iniciativas voltadas para segregação e padronização da contabilidade da empresa Finep e da Finep-gestora do FNDCT; as relativas à segregação da análise de crédito da atividade operacional (Fomento); a criação de processos técnicos e do Comitê de Enquadramento que impedem a aprovação de qualquer projeto sem a prévia análise e aprovação do corpo técnico; implantação de indicadores de desempenho como referência para gestão e avaliação do trabalho dos funcionários e da instituição, entre outras. Por fim, manifestou suas conclusões relativas ao FNDCT, segundo o qual o FNDCT iniciou 2013 com perspectivas positivas e terminou com frustração no desempenho financeiro. Destacou que o FNDCT tornou-se insuficiente para atender a demanda e não tem fôlego para sustentar grandes ações estratégicas de CT&I, e que o País precisa de um sistema de apoio e financiamento compatível com o novo ciclo de crescimento sustentável e aos desafios do País.

Ressaltou que os resultados obtidos em 2013 confirmaram o acerto do Inova Empresa, que se consolidou como o maior e mais articulado programa de inovação da história do País e que a Finep executou integralmente os limites orçamentários e financeiros disponibilizados, como em anos anteriores, mas que o contingenciamento financeiro em 2013 e 2014 (set/14) reduziu a capacidade de execução financeira do FNDCT para 50% da LOA (R\$ 1,9 bi), tendo como consequência um valor de aumento de Restos a Pagar, passando de R\$ 1,7 bilhões em 2012 para R\$ 2,7 bilhões em 2013, o que compromete a capacidade de investimento do Fundo. Finalmente, registrou que a situação se agravou com a ampliação no FNDCT de

despesas de natureza não-administráveis e a perda dos royalties do petróleo como fonte de receita para o FNDCT, que realça a necessidade de se repensar e reestruturar o sistema nacional de financiamento a CT&I.

2.2 Balanço CNPq

O Sr. Glaucius Oliva informou que em 2013 recebeu R\$ 1.024,6 milhão, dos quais foram empenhados R\$ 994,9 milhões. Esclareceu que a parcela não empenhada se referiu à situação de inadimplência de beneficiários, principalmente no SICONV.

O Quadro 3 apresenta o histórico da composição do saldo de restos a pagar em 2013:

Quadro 3 - Saldo de restos a pagar em 2013 - CNPq

ITEM	SALDO DE RP (1) + EMPENHO 2013	PAGAMENTO 2013	SALDO RP 31/12/2013
RAP 01/01/2013	373,111	262,829	110,282
EMPENHO 2013	994,883	322,623	672,260
TOTAL	1.367,994	585,452	782,542

Do total de restos a pagar, esclareceu que R\$ 161,80 milhões se referem a bolsas, R\$ 453,90 milhões a custeio e R\$ 166,8 milhões a despesas de capital.

Com relação a 2014, informou que já foram repassados R\$ 846,92 milhões de orçamento ao CNPq, dos quais R\$ 843,64 milhões já foram empenhados. Em relação à execução financeira, informou que já foram pagos R\$ 1.077,586 milhão, dos quais R\$ 524,76 milhões de restos a pagar e R\$ 552,83 milhões de empenhos do exercício de 2014. Pontuou que há ações implementadas que requerem de orçamento para 2014 o montante de R\$ 1.459,88 milhão. Apresentou o Quadro 4 com dimensão da necessidade de recursos para 2014, 2015 e 2016.

Quadro 4 – Volume de recursos necessários em 2014, 2015 e 2016

REFERENTE	FUNDO	2014	2015	2016	TOTAL
AÇÕES ATÉ 2013	AÇÃO TRANSVERSAL	294,212	80,360	18,500	393,072
	CT-AERO	1,998			1,998
	CT-AGRO	24,954	1,924		26,877
	CT-AMAZONIA	1,073			1,073
	CT-AQUA	5,281			5,281
	CT-BIOTEC	13,384	2,604		15,989
	CT-ENERG	8,058	1,000		9,058
	CT-ESPACIAL	1,473			1,473
	CT-HIDRO	9,922	2,807		12,729
	CT-INFO	11,210	18,223		29,433
	CT-INFRA	0,091			0,091
	CT-MINERAL	3,893			3,893
	CT-PETRO	10,074	1,000		11,074
	CT-SAUDE	17,926	0,176		18,102
	CT-TRANSP	0,141			0,141
VERDE AMARELO	16,354	12,000		28,354	
	Subtotal de Ações até 2013	420,043	120,094	18,500	558,637
AÇÕES 2014	AÇÃO TRANSVERSAL	27,500	135,988	75,982	239,469
	CT-INFO	10,100	10,100		20,200
	CT-TRANSP	0,042			0,042
	VERDE AMARELO	10,000	5,000	0,000	15,000
	Subtotal de Ações 2014	47,642	151,088	75,982	274,711
CSF	Ciência sem Fronteiras	767,000	1.067,000		1.834,000
	Suplementação (Variação cambial)	225,200			225,200
	Subtotal CsF	992,200	1.067,000	0,000	2.059,200
	TOTAL GLOBAL	1.459,885	1.338,182	94,482	2.892,548

Em seguida, apresentou dados sobre a execução orçamentária e financeira do FNDCT em 2013, destacando que se verifica uma estagnação no valor total de recursos disponibilizados, com uma perda relativa em relação ao crescimento do orçamento federal. Salientou que o FNDCT tem substituído recursos da fonte Tesouro, ao mesmo tempo em que tem financiado ações contínuas e, portanto, inadmissíveis. Apresentou como cenário futuro que as ações do FNDCT ficarão comprometidas pela falta de recursos e, mais ainda, pela retirada da capacidade de decisão sobre a alocação de recursos, principalmente devido ao financiamento dessas ações. Apresentou ainda o quadro de ações implementadas, mostrando o empenhado em 2013 e a necessidade orçamentária já comprometidas até 2016. Em seguida, apresentou o quadro de priorização das ações de 2014:

Quadro 5 – Priorização 2014

ANO DA AÇÃO	AÇÃO	INSTRUMENTO	FUNDO SETORIAL	EMPENHADO	NECESSIDADE ORÇAMENTÁRIA	OBSERVAÇÃO
2014	MagLev'2014	Encomenda	CT-TRANSP		0,042	Recursos para evento
2013	Manutenção de bolsas de PQ e DT	Editais	AÇÃO TRANSVERSAL	44,000	52,000	Recursos para folha de bolsa. TR 2013. Parcela referente a bolsas ainda não pagas em 2014.
2013	Editais Universais 2013	Editais	AÇÃO TRANSVERSAL e CT-PETRO	82,880	32,130	Segunda parcela de projetos em execução (Custeio e Capital)
2013	16.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento em Meteorologia e Climatologia	Editais	AÇÃO TRANSVERSAL		7,500	Resultado deliberado pela DEX. Resultado não publicado
2013	07 - Núcleo de Inovação Tecnológica	Editais	VERDE AMARELO		10,000	Resultado deliberado pela DEX. Resultado não publicado
2013	Convênios FAPs	Editais	AÇÃO TRANSVERSAL	97,920	2,800	Necessidade revisada, conforme andamento dos convênios celebrados
2013	Carvão Candiota	Encomenda	VERDE AMARELO	1,128	1,308	Encomenda em andamento. Segunda parcela.
2013	01 - Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no setor Aeroespacial	Editais	CT-AERO e CT-ESPACIAL	6,002	3,396	Segunda parcela de projetos em execução (Custeio e Capital)
2013	Transporte Aquaviário e Construção Naval	Editais	CT-AQUA	3,210	4,999	Segunda parcela de projetos em execução (Custeio e Capital)
2010	Programa "Casadinho"	Editais	AÇÃO TRANSVERSAL	22,500	7,500	Quarta parcela de projetos em execução (Custeio)
2010	PNPD – Ação em Áreas Estratégicas	Editais	AÇÃO TRANSVERSAL	33,500	10,530	Quarta parcela de projetos em execução (Bolsa e Custeio)
2013-2014	Ações diversas - Folha de Bolsas outubro/2014 a janeiro/2015	Encomendas e Editais	Diversos		52,000	Recursos para folha de bolsa. Inclui R\$ 12 milhões para bolsas FINEP.
			SUBTOTAL	291,140	184,205	
2014	Editais Universais 2014	Editais	AÇÃO TRANSV		75,000	Antecipação da parcela 2015. Por consequência, antecipação da parcela 2016 para 2015
			TOTAL	291,140	259,205	

Em relação ao quadro acima, mostrou preocupação porque o edital universal normalmente já tem uma parte empenhada no ano anterior ao da previsão da liberação do recurso, para que já comece a ser pago no começo do ano seguinte, no entanto, o Termo de Referência do último edital universal só previu recursos orçamentários de 2014, o que pode gerar atrasos na liberação dos recursos. Reflete que isso é uma discussão a ser feita. Aponta ainda que o CNPq se definiu como agência de fomento do governo, e não apenas no MCTI e tem buscado fontes de recursos alternativas para além do próprio MCTI. Em seguida, apresentou os critérios que o CNPq adota para o pagamento de projetos e outras despesas, caso os valores liberados não atendam integralmente às necessidades, seguindo, então, a ordem de prioridade: 1) Bolsas; 2) Convênios com estados, secretarias e FAPs; 3) Acordos

internacionais; 4) Eventos científicos (neste item, a proximidade do evento pode alterar a prioridade); 5) Primeira parcela de editais; 6) Segunda parcela de editais, quando a primeira tenha sido liberada a mais de um ano; 7) Encomendas; 8) Despesas operacionais.

2.3 Discussão

Helena Nader da Comunidade Científica comenta que percebe a cada ano, de forma muito triste, para onde está caminhando o financiamento, que piorou em relação aos anos anteriores. Reitera que a comunidade científica não é contra o CsF, que é um programa de governo, não de Estado, e que este deveria ser financiado com recursos novos, como havia sido prometido, porém não é o que está acontecendo. Diz que o programa é inviável no atual formato e, tendo em vista o aumento do dólar, mostrou preocupação de quem irá pagar a conta das variações cambiais a quais o programa está sujeito, ainda mais com o lançamento de um segundo edital. Indicou ainda que o CsF parece estar sendo o carro chefe do FNDCT. Lembra que o FNDCT não foi criado para educação. Gostaria de saber informações sobre o CT-Petro, se ele está recebendo recursos, uma vez que ele correspondia a quase 45% dos recursos do FNDCT. Tendo essa base, solicita uma demonstração de como estão os recursos do FNDCT sem o CT-Petro. Comenta que há um projeto de lei no congresso que proíbe os contingenciamentos e Helena defende que deve haver pressão para que essa lei seja aprovada.

Jacob Palis da Comunidade Científica concorda com Helena Nader e complementa que o Brasil parece estar perdendo o crescente protagonismo no exterior, um exemplo é a China que vem investindo em torno de 2% do PIB em C,T&I, enquanto o Brasil está em torno de 1%. Afirma ainda que algumas ações tiveram que parar por falta de recursos. Parabeniza a Capes por estar fazendo um trabalho extraordinário de apoiar a C&T dentro de suas possibilidades.

Gianna Cardoso do setor empresarial parabeniza os resultados alcançados pelo FNDCT, principalmente considerando restrições fiscais, contingenciamentos e o esgotamento desse modelo de financiamento. Também destacou a importância do INOVAEMPRESA, defendendo que ele deve ser fortalecido e expandido no futuro. Reconhece que o FNDCT não alcança o tamanho do desafio de C,T&I no Brasil, portanto é fundamental avançar na coordenação do Sistema de Financiamento de C,T&I.

Helena Nader elogia o envio com antecedência da documentação, pois possibilitou a leitura mais detalhada e pede esclarecimentos quanto ao financiamento das micro e pequenas empresas, pois os gráficos aparentavam que o financiamento maior era para as médias e grandes empresas.

Glauco Arbix diz que em volume é a média e grande empresas que recebem mais recursos, no entanto, em números, são as micro e pequenas empresas. Lembra que a FINEP descentralizou as atividades, por meio do credenciamento de bancos estaduais, com recursos do FAT, para oferecer crédito para micro e pequenas empresas. Diz que em geral esse não é um instrumento adequado para as micro e pequenas empresas porque elas têm dificuldade em de oferecer as garantias exigidas. Em segundo lugar, há uma descentralização da subvenção econômica, foi descentralizado R\$ 360 milhões de reais para as FAPs, pois elas fazem isso com maior competência que a própria FINEP.

Glaucius Oliva, em resposta a Helena Nader, informa que o CT-Petro até 2013 estava 'vivo' e representava R\$ 1,3 bilhões na fonte 142. Em 2014, desaparece a fonte 142, sendo compensada na fonte 172 que são as transferências voluntárias do próprio governo e serviram para compensar essa perda do petróleo. Em relação ao fundo social, afirma também não saber se já houve regulamentação, mas a parte que cabe a educação, não há afirmação na lei que o dinheiro deve ir para o Ministério da Educação, mas somente que os recursos devem ser usados para educação e, portanto, o dinheiro gasto no CsF é uma atividade nitidamente de educação e poderiam estar sendo pagos pelos royalties do petróleo. Lembra que R\$ 417 milhões do CsF vieram do orçamento do CNPq e R\$ 1,077 bilhões do FNDCT.

Rodrigo Teixeira do setor empresarial aponta que existe um desafio tanto para comunidade científica quanto para o setor empresarial em relação aos recursos. Em relação aos instrumentos de fomento, as empresas indicam a subvenção econômica como um dos instrumento mais apreciados, pois está conectado a lógica e a velocidade empresarial. Em relação aos dados apresentados pela FINEP, observa-se que a subvenção econômica recebeu uma demanda de 715 propostas, dos quais foram aprovadas apenas 80 propostas, sendo assim sugere o aumento de recursos para a subvenção econômica, pois ele alavanca uma contrapartida privada para o processo de inovação. Se há uma taxa de 1,14% do PIB em C,T&I, apenas 0,07% é utilizado na subvenção, que alavanca 0,54% do setor privado para inovação. Tem-se que separar a Pesquisa do Desenvolvimento e da Inovação, principalmente em iniciativas que tenham contrapartida privada. Dá o exemplo do INOVA talentos, onde o CNPq entrou com recursos de R\$ 29 milhões do FVA, e foram conquistadas contrapartidas de R\$ 20 milhões.

Canindé Pegado, representante dos trabalhadores de C,T&I, levanta que o problema está relacionado ao orçamento para a área determinado pelo MPOG, pois o trabalho investido pelas entidades termina limitado pelo orçamento. Considera que deve haver um esforço para se garantir o orçamento e deixa registrado a insatisfação com esse tópico.



Helena Tenório do BNDES afirma que a parceria entre Finep e BNDES por meio do INOVA empresa é fundamental e tem servido como aprendizado para ambas as instituições, embora haja processos a serem melhorados, como a comunicação. Considera que faltou um histórico do FNDCT nas apresentações, pois considera que sempre houve um equilíbrio nas aplicações e demandas. Gostaria de saber como se planeja o equilíbrio para o próximo ano e está se projetando ele para o futuro.

Jailson Bittencourt de Andrade da Comunidade Científica destaca que um programa importante e estratégico para o país como o CsF esteja inviabilizando o CNPq, essa é uma questão que deve ser pensada em todas as escalas do governo. Em relação as parcerias, elas são muito importantes e já o que tange a questão do CT-Petro e do fundo social aponta que seria interessante um alinhamento entre CNPq, FINEP e MCTI para garantir recursos do fundo, principalmente se se considerar que já existe recurso em caixa, no entanto sem uso adequado. Nelson Fujimoto do MDIC solicita informações se o problema está no financeiro e portanto, a decisão do conselho estaria relacionado a não realizar empenhos novos em 2014.

O secretário Executivo Prata esclarece que as restrições são tanto orçamentárias quanto financeiras. Pede para observar que os restos a pagar estão muito superiores à disponibilidade orçamentária. Sendo assim, a ideia é de não implementar novas ações para honrar o já comprometido.

O Ministro Campolina lê e-mail do Professor Wanderley de Souza que não pode participar da reunião, mas que reflete muito do que já foi expresso na reunião no que se refere ao CsF, ao edital universal, ao PROINFRA, além da ampliação do número de bolsas. Na sequência, comentou que os esforços, desde que assumiu o cargo, têm sido centrados em administrar o espólio encontrado. Mostra preocupação em não deixar o CNPq perder a posição que sempre teve, pois essa é casa do cientista brasileiro, inclusive comenta que conversou a respeito com a presidente sobre essa instituição que dá suporte a ciência no Brasil. Além disso, se comprometeu a pleitear a ampliação dos recursos, conforme está sendo debatido na reunião. Levantou ainda que o orçamento do CNPq é menor do que 0,1% do orçamento da União e este tem sido um órgão importante para diminuir desigualdades e regionais. Então, ele tentará transmitir essa posição para a Presidência da República, principalmente na defesa de ações que são estruturais para o país. Sugere que seja debatido o orçamento de 2015.



3 Plano de Investimento 2014

Álvaro Prata apresenta o cenário orçamentário de 2015, comparando com a PLOA 2014 e o limite de empenho de 2014.

FNDCT	PLOA 2014 (A)	LIMITE DE EMPENHO 2014 (B)	PLOA 2015 (C)
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	878,99	735,72	1.246,27
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS	208,99	208,99	198,09
INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS	50,30	41,03	50,00
INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM C&T - GARANTIA DE LIQUIDEZ	1,00	0,02	1,00
SUBVENÇÃO ECONÔMICA	269,10	200,23	225,90
Outras Ações do FNDCT (Fonte 100)	38,90	13,24	20,00
P&D EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	250,70	212,20	479,81
SIRIUS	50,00	50,00	260,53
LNNANO	10,00	10,00	10,95
OUTRAS AÇÕES	767,00	992,24	1.067,00
CsF	767,00	992,24	1.067,00
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	1.752,10	744,35	1.423,35
FUNDOS VERTICIAIS	1.078,20	447,91	485,78
AÇÕES TRANSVERSAIS	673,90	296,44	937,57
TOTAL FNDCT	3.398,09	2.472,31	3.736,62

Prata observou que houve um aumento significativo dos recursos que saem do FNDCT para as organizações sociais, pois não haverá recursos saindo da fonte 100 para elas em 2015. Aponta também que houve um grande aporte para o SIRIUS. O CsF segue pujante com recursos em torno de R\$ 1,067 bilhões. A escassez se reflete nos fundos verticais e nas ações transversais, embora as ações transversais tenham sofrido um aporte para atender novos programas do governo.

Glauco Arbix indica que os recursos destinados à equalização de juros não paga o que já está contratado, pois é necessário R\$ 236 milhões para honrar os contratos já assinados. O que está destinado a subvenção econômica também não paga o que está para trás.

Rodrigo Teixeira do setor empresarial questiona sobre o P&D das organizações sociais, pois deveriam ser recursos que saem do orçamento do próprio ministério e não do FNDCT, pois, nesse formato, estaria se usando recursos que deveriam ser destinados à investimento de P&D em custeio de organizações sociais. Outro ponto é verificar a possibilidade de ser ampliar o recurso para subvenção econômica, pois esse é o tipo de instrumento mais adequado para a realidade empresarial no que diz respeito à inovação.

Campolina esclarece que no orçamento do Ministério não há recursos para as organizações sociais. O esforço era de se jogar recursos na fonte 100 e isso foi pleiteado, no entanto não foi autorizado pelo MPOG. Em relação à subvenção, o ministro aponta que é

necessário rediscutir o orçamento inteiro, não apenas uma rubrica isolada. Concorde que a subvenção é importante, mas isso não pode significar um prejuízo ainda maior para o CNPq, então deve-se dar um balanço de conjunto.

Helena Nader aponta que a atuação agora deve ser no próprio congresso para ampliar o orçamento do FNDCT.

Campolina responde que agora será necessária a aprovação do congresso, e é quem pode fazer eventuais ajustes. No entanto, enquanto ministro não pode ir ao congresso negociar sem que haja autorização da administração central.

Canindé Pegado questiona o que representa a queda nos valores dos fundos verticais.

Prata responde que a intenção seria fortalecer os fundos verticais, mas uma vez que teve que reforçar outras ações, diminuiu-se os recursos para os fundos verticais.

Jorge Guimarães da Capes pergunta se o fato de as organizações sociais terem um contrato de gestão com o MCTI, ao passar a sua necessidade orçamentária para o FNDCT, se isso não fere a Lei.

Glaucius Oliva responde que não porque a ocupação do FNDCT por assuntos, temas e atividades que deveriam fazer parte do orçamento acontece em todos os níveis. Não só o FNDCT é utilizado para outros fins, como já virou uma ação governamental.

O Ministro Campolina solicitou posteriormente esclarecimentos e possíveis soluções ao MPOG sobre os fundos sociais, sendo esse uma possível alternativa aos problemas atuais de recursos, principalmente capturados pelos CsF.

Jorge Guimarães reforçou que quem não gasta 2% do PIB em C,T&I não consegue se desenvolver, avançar.

Glaucius Oliva agradece o esforço do ministro no que tange ao CNPq. Frisa que existe uma diferença entre o orçamento do MCTI e FNDCT, pois esse último depende de vários comitês para a aprovação de suas ações, além disso é necessário informar a FINEP, deve ser assinado termo de cooperação aprovado pela diretoria dos dois órgãos para que esse orçamento possa ser eventualmente repassado ao CNPq nas fontes em que se possa executá-lo. Observa ainda que existe uma diferença entre PLOA, LOA e limite de empenho, é só notar a diferença no quadro entre a PLOA 2014 e o limite do empenho em 2014.

O Ministro Campolina se compromete a tentar reunião com ministra do MPOG para discutir o orçamento e trazer resposta na próxima reunião. Faz apelo ao setor empresarial de que se é preciso aumentar a parte dos gastos privados em P,D&I.

Gianna Cardoso concorda com o ministro e diz que os esforços têm sido em tentar alavancar o investimento do setor empresarial, mas considera que também é muito importante o financiamento do governo exatamente para que se consiga alavancar maiores

investimentos do setor empresarial. Aponta que seria interessante mostrar o *gap* que existe entre a demanda que existe de fato e o que está no orçamento.

3.1 Acórdão 3.440/2013 – TCU

Álvaro Prata apresentou o acórdão 3.440/2013 do Tribunal de Contas da União, feito a partir de um Relatório de Auditoria Operacional, e fez algumas recomendações que serão apresentadas ao Conselho Diretor. O objetivo é verificar como são realizadas a avaliação de resultado e a avaliação periódica de impacto e efetividade dos “fundos setoriais” que compõem o FNDCT, conforme Lei 11.540/2007. Os prazos para cumprimento do Acórdão são: a) Elaboração do Plano de Ação: 13/03/2014; b) Elaboração do Relatório de Resultados: 30/06/2014; c) Demais determinações: 15/12/2014. Como estratégia de trabalho foi criado Grupo de Trabalho entre MCTI, FINEP e CNPQ em 23/01/2014. As determinações são: **A)** Determinar à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, até 30 de junho de 2014, elabore o relatório de resultados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) relativo ao exercício de 2013, cujo conteúdo deverá abranger todas as modalidades de aplicação dos recursos do fundo, tendo por base, neste primeiro relatório, no mínimo, as informações atualmente disponíveis nos sistemas informatizados do Poder Executivo Federal, a exemplo dos dados contidos nos sítios na internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Plataforma Aquarius e da própria Finep, devendo, em seguida, manter relatórios anuais de avaliação nos exercícios subsequentes, nos termos do art. 9º, IX, da Lei 11.540/2007; Prazo: 30 de junho de 2014; Situação: Atendido. O documento foi elaborado e enviado pela FINEP ao TCU em 27 de junho de 2014; **B)** Determinar ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, publique as políticas e diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), nos termos do art. 5º, III, da Lei 11.540/2007; Prazo: 15 de dezembro de 2014; Situação: Em atendimento. O MCTI elaborou uma minuta do documento (18 de Agosto de 2014) que se encontra em discussão pelo Grupo de trabalho.; **C)** Determinar ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, desenvolvam e divulguem o modelo de avaliação global do FNDCT, que contemple os métodos, os indicadores e as informações para avaliar os resultados de cada modalidade de investimento dos recursos do fundo, considerando ser medida imprescindível

ao pleno cumprimento do art. 9º, IX, da Lei 11.540/2007; Prazo: 15 de dezembro de 2014; Situação: No âmbito do contrato de gestão com o CGEE foi contratada consultoria para elaboração do modelo de avaliação global. O produto foi já entregue ao MCTI e está sendo avaliando pelo GT quanto à aderência ao Acordão; **D)** Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que somente envie para execução nas agências de fomento termos de referência de ações transversais que tenham sido aprovados em reuniões do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT, cujos encontros e deliberações hajam sido devidamente registrados, e que estejam em consonância com as políticas e diretrizes do fundo, consoante dispõe o § 1º do art. 14 da Lei 11.540/2007 e o arts. 15 e 17 da IN CDFNDCT 3/2010; Prazo: 15 de dezembro de 2014; Situação: Atendido; **E)** Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, juntamente com os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais e a Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais (Ascof), formule e atualize os documentos de diretrizes estratégicas para todos os fundos setoriais, em consonância com as políticas e diretrizes estabelecidas especificamente para o FNDCT, de modo a permitir a realização das avaliações de resultado previstas nos arts. 5º, VII, alínea "a", e VIII, e 9º, V, da Lei 11.540/2007; Prazo: 15 de dezembro de 2014; Situação: Em atendimento. Dos 15 documentos a serem elaborados, 09 já foram concluídos e aprovados pelos respectivos Comitês Gestores (60% de atendimento); 05 aguardam a próxima rodada de reuniões dos Comitês Gestores para aprovação (CT-Aero, CT-Espacial, CT-Hidro CT-Mineral, CT-Info). O documento do CT-Transporte está em elaboração e deverá estar concluído em 2015. **F)** Determinar ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, defina as prioridades e as metas a serem alcançadas com os investimentos do FNDCT, a fim de dar maior objetividade às políticas e diretrizes a serem elaboradas com base na determinação objeto do item II acima, contribuir para a focalização de investimentos com recursos e facilitar a realização de avaliações de resultados do FNDCT; Prazo: 15 de dezembro de 2014; Situação: Em atendimento. O MCTI elaborou uma minuta do documento (18 de Agosto de 2014) que se encontra em discussão pelo GT. **G)** Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, agrupem e organizem, em um de seus endereços na internet ou em portal específico para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), todas as informações disponíveis sobre o fundo, a exemplo de gastos com administração e despesas operacionais, arrecadação dos fundos setoriais, execução orçamentária e financeira, totais investidos por modalidades (reembolsável, não reembolsável e aporte de capital), bolsas e auxílios apoiados, quantidades de projetos

contratados por fundo setorial (ações verticais e transversais), por meio de subvenção econômica e por eixos das políticas nacionais de Indústria e de Ciência, Tecnologia e Inovação, relatórios de avaliações já realizadas, entre outras existentes nos sistemas informatizados de órgãos e entidades do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação; Prazo: 15 de dezembro de 2014; Situação: Em atendimento. As informações do FNDCT (Portal) ficarão na Plataforma Aquarius. A previsão de conclusão é final de novembro.

Prata informa que precisa ser aprovado o Relatório de Resultados do FNDCT 2013 elaborado pela FINEP.

Helena Nader questiona sobre o tópico que trata sobre prioridades e metas, pois isso significa dizer que o CsF é prioridade, porque se não é prioridade, como se justifica gastos em torno de R\$ 1 bilhão naquilo que não é prioridade. Pontua que uma vez escrito, isso se torna uma prioridade e meta.

Campolina concorda que existe um aspecto institucional que precisa justificar o CsF dentro do gasto que está sendo realizado outra diz respeito a ação política para se viabilizar recursos.

Álvaro Prata defende que não é preciso descer a nível específico, mas colocar de forma mais ampla.

Canindé Pegado concorda com Helena Nader, pois ele passa por situações parecidas no conselho do CONDEFAT, uma vez determinado, o TCU pode cobrar aquilo que o próprio conselho definiu como prioridade. Entende que o assunto deve ser respondido com aquilo que é focado como prioridade.

Maurício Lopes da Embrapa contribui com a discussão que para o TCU o conceito de meta é um objetivo quantificável e localizável no tempo. Então, se forem levar à risca o conceito de meta, antevê uma dificuldade substancial para resposta para esse item. É fundamental que se dialogue com o TCU para saber a exata dimensão do que se quer com meta.

Glauco Arbix da FINEP diz que as metas para o MCTI estão no PPA, é lei.

Matheus Cavallari do Ministério da Fazenda sugere que uma prioridade seja a formação e a meta seja o número de bolsas, só para exemplificar, sendo assim, fica mais fácil ajustar a meta.

Glaucius Oliva reforça que é difícil estabelecer metas específicas para o FNDCT.

Em seguida, o Ministro Campolina colocou para votação a aprovação o documento Relatório de Resultados do FNDCT 2013 elaborado pela FINEP que foi aprovado por unanimidade.



5 Outros Assuntos

5.1 Resolução que estabelece limite para despesas operacionais do FNDCT em 2014

Prata apresenta Resolução que Fixa o limite para as despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT no exercício de 2014, através da Resolução nº 01 de 2014, que foi homologada por unanimidade pelo conselho.

5.2 Apresentação da Proposta de Resolução que propõe rito específico para análise de prestação de contas de convênios firmados até 31/12/2007

Prata apresenta Minuta de Resolução que se refere a possibilidade da FINEP possa através de rito específico e sumário vencer o grande número de projetos que, ainda que tenham se encerrado, não tiveram sua prestação de contas finalizada. E é preciso que se diga que os recursos administrativos da FINEP hoje integram duas carteiras, uma carteira de projetos ativos, que representa 25% do total de projetos e uma carteira de convênios que já foram terminados, mas não houve um encerramento formal por uma série de razões e que representam 75% do total da carteira de projetos. Então, há um grande passivo relacionado a isso e a solução é que esse conselho possa, por meio dessa resolução, ajudar a 'limpar' essa carteira de convênios já terminados. A resolução diz:

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 6º da Instrução Normativa CD/FNDCT nº 2, de 22 de dezembro de 2010, tendo em vista o que dispõe o art. 5º, III, da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, resolve: Art. 1º Autorizar a aplicação de rito específico a ser adotado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, na qualidade de Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para aprovação das prestações de contas finais dos convênios celebrados até 31 de dezembro de 2007 e cujo prazo de utilização de recursos esteja encerrado até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º As prestações de contas dos convênios de que trata o art. 1º desta Resolução serão aprovadas mediante comprovação da execução do objeto pactuado e apresentação dos seguintes documentos, quando for o caso :

I - comprovante de recolhimento para a União dos recursos não-utilizados;

II - relação de eventuais bens adquiridos, com o respectivo pedido de doação para continuidade das ações pactuados no convênio.

Art. 3º Estão excluídos da possibilidade de aplicação do rito específico: I - convênios que estiverem sob apuração de denúncias feitas por órgãos de controle; II - convênios que já foram

objeto de instauração de processo de Tomada de Contas Especial ou medidas judiciais para a devolução de recursos concedidos;

III - convênios que já tenham recebido manifestação técnica contrária à sua aprovação. Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Glauco Arbix complementa que os projetos são de longa data, só que isso cria uma série de empecilhos as instituições porque não são finalizados. Informa que essa resolução foi negociada por quase um ano com a CGU, há pareceres jurídicos da FINEP e do MCTI favoráveis porque se não modificar o atual processo não será possível encerrar esses processos.

Francisco Canindé solicitou que seja apresentada na próxima reunião o resultado dessa ação.

Em seguida, o Ministro Campolina colocou para votação a aprovação da Resolução que foi aprovada por unanimidade.

5.3 Calendário de Reuniões de 2014


O Ministro Campolina informa que está prevista para o mês de novembro uma rodada de reuniões dos Comitês Gestores. Além disso, informa que está prevista para o dia 09/12 uma nova reunião do Conselho Diretor.

Esgotada a Pauta, o Ministro Clélio Campolina agradeceu a presença de todos os presentes e deu por encerrada a reunião.

6 SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES

1. Aprovada a Ata da 9ª Reunião do Conselho Diretor, realizada em 16 de outubro de 2013;
2. Aprovado o Relatório de Resultados do FNDCT 2013 elaborado pela FINEP e enviado ao TCU, em 27 de junho de 2014;
3. Referendada a Resolução do Conselho Diretor nº 01/2014, que estabelece o limite para despesas operacionais do FNDCT no exercício de 2014;
4. Aprovada a Resolução que estabelece rito específico para análise de prestação de contas de convênios firmados até 31/12/2007;
5. Aprovado o calendário de Reuniões de 2014.

Brasília, 27 de outubro de 2015.



Secretária Executiva do MCTI